

POSSE RESPONSÁVEL: UMA QUESTÃO MULTIDISCIPLINAR

[Responsible pet ownership: a multidisciplinary issue]

Felipe Tanjer Mendes de Andrade¹, Cláudia Lino de Araújo², Otávio Luís de Oliveira Henriques Paulo², Jesse Ribeiro Rocha², Fernanda Gosuen Gonçalves Dias³, Lucas de Freitas Pereira³, Adriana Torrecilhas Jorge⁴, Cristiane dos Santos Honsho^{4*}

¹ Discente Medicina Veterinária, Universidade de Franca – UNIFRAN, São Paulo.

² Discente, Programa de Pós-graduação em Ciência Animal, Universidade de Franca – UNIFRAN, São Paulo.

³ Docente, Medicina Veterinária, Universidade de Franca - UNIFRAN, São Paulo.

⁴ Docente, Programa de Pós-graduação em Ciência Animal, Universidade de Franca - UNIFRAN, São Paulo.

Resumo – O aumento do número de animais de companhia, seguido do despreparo e desconhecimento de muitos proprietários sobre a responsabilidade assumida ao adquirir um animal motivaram este estudo. Assim, através de um questionário, objetivou-se traçar o perfil do conhecimento dos tutores atendidos em um Hospital Veterinário Universitário sobre a posse responsável de cães e gatos. Os questionários foram individualmente avaliados e os resultados expressos em valores absolutos e/ou percentuais. Os dados obtidos revelaram a desinformação dos pesquisados frente aos cuidados com os animais para evitar a ocorrência de acidentes e zoonoses. Também reforçaram a necessidade da atuação constante dos médicos veterinários na instrução e conscientização da população sobre temas ligados à saúde pública e posse responsável. Verificou-se ainda, que o tempo de espera para consulta pode ser útil para a divulgação de informações e que, em um Hospital Escola, o envolvimento voluntário de discentes nesse ato seria de grande valia. Contudo, é preciso a adoção de ações multidisciplinares, em que governo e sociedade partilhem responsabilidades inerentes ao bem-estar animal e prevenção de doenças e acidentes na população humana.

Palavras-Chave: bem-estar do animal; vínculo homem-animal de estimação; zoonoses.

Abstract – This study was motivated by the increasing number of pet animals, followed by the lack of preparation and ignorance of many owners about responsibility assumed by acquiring an animal. Thus, through a questionnaire, it was aimed to trace the knowledge profile about responsible ownership of dogs and cats of the tutors attended at Veterinary Teaching Hospital. The data were evaluated and results were showed in percentual and/or absolute numbers. The data obtained revealed the surveyed disinformation regarding animal care in order to avoid accidents and zoonoses. Also underscore the need for constant action of veterinarians in education and public awareness on issues related to public health and responsible ownership. It was also found that the waiting time for consultation may be useful for disseminating information and, in a teaching hospital, the voluntary involvement of students in this act would be of great value. However, it is necessary to adopt multidisciplinary actions where government and society share responsibilities inherent to animal welfare and the prevention of illness and accidents in the human population.

Keywords: animal welfare; human-animal bonding; zoonoses.

* Autor para correspondência. E-mail: cristiane.honsho@unifran.edu.br

INTRODUÇÃO

O Brasil possui a segunda maior população canina e felina do mundo (Domingues, 2012), menor somente do que a dos Estados Unidos da América (Nasser & Fluke, 1991; Loss et al., 2012). No interior de São Paulo, Alves et al. em 2005, estimaram que a população canina era de aproximadamente 19.235, correspondendo, em média, a um cão para cada quatro habitantes e a 1,6 cães por domicílio, por sua vez, a população felina era de 4.624, com média de 1,8 gatos por domicílio. Este número vem crescendo, de modo que a estimativa para 2015, segundo dados estatísticos disponibilizados pelo Governo do Estado de São Paulo, seja de 5.446.763 cães e 1.005.070 felino (Secretaria do Estado da Saúde, 2015).

Associado ao elevado número de animais emergem importantes problemas e prejuízos socioambientais como o aumento de animais abandonados, disseminação de doenças de caráter zoonótico (McCrindle 1998; Frank & Carlisle-Frank, 2007; Loss et al., 2012), agressões por mordedura, poluição ambiental (Dilly et al., 2005; Canatto, 2012) e sonora, predação de animais selvagens e danos com acidentes automobilísticos (Alves et al., 2005; Slater et al., 2008; Domingues, 2012), os quais afetam diretamente a saúde pública do país (Domingues, 2012).

Em relação à transmissão de doenças ao homem, os animais de pequeno porte estão conjugados a, pelo menos, 60 delas, o que juntamente com a falta de saneamento básico e crescimento desordenado das cidades, pode gerar óbitos (Ciampo et al., 2000; Domingues, 2012). Um exemplo preocupante é a raiva, que no ano de 2000 totalizou 23 casos positivos no Brasil, mas há outras zoonoses de importância como a leptospirose, tuberculose, toxoplasmose, leishmaniose, sarna sarcóptica, entre outras (Nasser & Fluke, 1991; Alves et al., 2005; Vieira et al., 2005).

Para que esses problemas diminuam, é fundamental que haja o envolvimento de toda a população para conter o crescimento desenfreado de animais e que o acesso destes à rua e o abandono, sejam restringidos (McCrindle, 1998; Fournier & Geller, 2004; Frank & Carlisle-Frank, 2007). Diante disso, o tema “posse responsável” tem sido abordado com maior frequência no Brasil e demais países, no intuito de ensinar a sociedade que não basta apenas cuidar com carinho e propiciar bem-estar ao animal, mas devem-se incluir obrigações no atendimento de necessidades físicas, ambientais e psicológicas do animal, bem como a prevenção de riscos que os mesmos

possam causar à espécie humana (Ciampo et al., 2000; Dilly et al., 2005; Canatto, 2012). Posse responsável inclui a manutenção do animal no espaço domiciliar, sem acesso desacompanhado à rua, evitar acasalamentos descontrolados e acidentes, promover interação com outros indivíduos, oferecer espaço, alimentação e higiene adequados, realizar vacinas e desverminações em tempo oportuno, exercitá-lo e, quando necessário, levá-lo à consulta com médico veterinário (McCrindle, 1998; Domingues, 2012; Loss et al., 2012).

A Organização Mundial da Saúde promoveu em 2003, a primeira reunião latino-americana de especialistas em posse responsável de animais de companhia e controle populacional (Domingues, 2012). Com isso, nos últimos anos, programas de televisão, entidades de proteção animal, organizações não governamentais e as mídias sociais somam esforços para conscientizar a comunidade sobre o que é “posse responsável” para que os maus-tratos, crueldades, abandono e alta taxa de natalidade sejam definitivamente abolidos. Alguns municípios regularizaram leis específicas, como o de São Paulo (Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015) com a Lei nº 13131, de 18 de abril de 2001, conhecida com “Lei Trípoli”, que dispõe sobre o registro, vacinação, guarda, apreensão e destinação de animais, além de prever o controle reprodutivo de cães e gatos e a educação para a posse responsável e as sanções sofridas pelo infrator.

Devido à taxa de crescimento exponencial de animais de companhia e os consequentes problemas gerados, objetivou-se traçar o panorama do conhecimento do que é posse responsável para os proprietários de animais de pequeno porte, atendidos na rotina de um Hospital Veterinário Universitário, bem como realizar discussão crítica sobre o tema e propor formas de disseminação da informação.

METODOLOGIA

Foi elaborado um questionário com 40 inquirições fechadas, acerca da idade, sexo, características socioeconômicas e culturais dos proprietários além do nível de conhecimento sobre posse responsável, seguido de inúmeras características dos animais, assim como o manejo adotado com estes. Foram entrevistados 100 tutores de animais atendidos setor Clínico e Cirúrgico de Pequenos Animais do Hospital Veterinário da Universidade de Franca, Franca/São Paulo, no período de outubro de 2012 a abril de 2013, mediante autorização e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), sob

protocolo nº 138.679. Após as entrevistas, todos os questionários foram individualmente avaliados e os resultados expressos em números absolutos e/ou percentuais.

RESULTADOS

Das 100 pessoas entrevistadas, 75% eram do sexo masculino e 25% do feminino e 48% encontravam-se na faixa etária de 19 a 33 anos de idade, enquanto 23% apresentavam mais de 50 anos. Ainda, 30% eram de famílias com até duas pessoas e 57% não possuíam filhos. Com relação ao nível de escolaridade, 32% possuíam formação superior completa e 39% apresentavam renda familiar de cinco a 15 salários mínimo-mensais.

A maioria dos proprietários (98%) era de exemplares da espécie canina, sendo que destes animais, 52% (n = 51) eram fêmeas e 60% possuíam raça definida. Além disso, 47% (n = 46) dos tutores adotaram seus cães da rua e 55% (n = 54) eram donos de cães não castrados. Observou-se também que, 51% dos tutores cuidavam de apenas um animal de estimação, 27% de dois animais, 15% de 3 a 5 animais e 7% de mais de seis animais.

Em relação ao manejo adotado, 44% dos entrevistados permitiam o livre acesso dos animais à rua. Contudo, 73% das pessoas afirmaram passear regularmente com seus animais e, destes, 70% o fazem utilizando coleira e guia como forma de contenção física. Ainda neste contexto, foi observado que 60% dos proprietários não recolhiam os dejetos de seus animais do ambiente público.

Ainda em consideração ao manejo instituído, 88% dos tutores revelaram que efetivavam anualmente as vacinações e desverminações dos animais, fazendo acompanhamentos periódicos junto ao médico veterinário e todos afirmaram higienizar diariamente o ambiente em que o animal vivia. Em relação à alimentação, 96% ofereciam exclusivamente ração comercial.

Dos entrevistados, 15% relataram dormir com o animal na própria cama e somente 24% afirmaram desconhecer os riscos de transmissões de doenças entre o homem e os animais, excetuando-se a raiva. Essa última percentagem foi observada similarmente para os proprietários que alimentavam animais não domiciliados.

Diante do questionamento sobre agressividade, 6% das pessoas relataram que seu animal já havia mordido um membro da própria casa. A pesquisa revelou ainda que 53% acreditavam que não deveria ser permitido aos animais agressivos o

acesso à rua e, na opinião de 99% das pessoas questionadas, o proprietário deveria ser penalizado pelo comportamento de seu animal.

Sobre a lei nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que proíbe a eutanásia de animais no Estado de São Paulo, 48% disseram desconhecer-la. Entretanto, apesar de 74% concordarem com tal regulamento, 59% observaram, nos últimos anos, o aumento do número de animais errantes.

Todos os entrevistados consideraram de grande importância a divulgação de informações sobre posse responsável e 99% relataram interesse em obter dados adicionais sobre o assunto.

Os resultados descritos foram agrupados e dispostos na Tabela 1.

DISCUSSÃO

De acordo com Guirro et al. (2008), o conceito de posse responsável pode ser resumido como a aquisição consciente de animais de companhia visando todas as necessidades destes, com o intuito de garantir respeito e bem-estar satisfatórios. Esse tema tem sido cada vez mais explorado pela sociedade brasileira (Frank & Carlisle-Frank, 2007; Slater et al., 2008), provavelmente pelo aumento considerável no número de animais de estimação e o risco de antroponozoonoses (Megid et al., 1994; Frank & Carlisle-Frank, 2007; Guirro et al., 2008; Nogueira, 2009; Loss et al., 2012).

Como observado, uma parte dos entrevistados dormem com o animal de estimação na cama e não conhecem outras doenças, com exceção da raiva, que podem ser transmitidas pela íntima convivência. A raiva é uma doença 100% fatal e de grandes prejuízos econômicos que dentre as formas de transmissão, destaca-se a por mordedura de cães e gatos infectados pelo vírus. O Instituto Pasteur relatou um caso de raiva em felino no município de São Paulo em outubro de 2011. Acredita-se que esse felino, que tinha acesso livre à rua, contaminou-se ao caçar roedores e morcegos, fato observado pelo proprietário cinco a 14 dias antes da morte do animal (Moraes et al., 2011). Esta doença é considerada ainda mais grave que a gripe aviária, gerando, além dos altos custos sociais e econômicos, uma taxa anual de 55.000 óbitos humanos ao redor do mundo. Estudos comprovaram que nos caninos, o vírus da raiva pode permanecer na saliva por até cinco dias, podendo ser transmitido ainda que o animal não apresente sintomas (Vieira et al., 2005; Moraes et al., 2011). Assim, é preocupante observar que somente uma parcela dos proprietários

entrevistados neste estudo realizou a vacinação anual contra a raiva, apesar da possibilidade de aplicação gratuita durante as campanhas públicas realizadas pelas prefeituras (Suhett et al., 2013). Deve-se considerar ainda, que algumas vacinações podem ter sido realizadas em casas agropecuárias

por profissionais não qualificados, com produtos não éticos e doses inadequadas conforme as citações de Langoni et al. (2011); Loss et al. (2012), prejudicando assim, a imunização dos animais.

Tabela 1. Dados obtidos junto aos tutores (n = 100) atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Franca, Franca/São Paulo, após a aplicação de questionário fechado.

Tema	Dados obtidos (%)
Sobre os Tutores	75% homens; 25% mulheres; 48% entre 19 e 33 anos de idade; 23% com mais de 50 anos de idade; 30% de famílias com até duas pessoas; 57% não tinham filhos; 32% com nível superior completo; 39% com renda de 5 a 15 salários mínimos mensais.
Sobre os Animais	98% de tutores de cães (52% fêmeas e 60% com raça definida); 47% adotaram os animais; 55% não castraram os animais; 51% possuíam um animal, 27% dois animais, 15% entre 3 a 5 animais e 7% mais de seis animais.
Sobre o Manejo dos Animais	44% permitiam o livre acesso do animal à rua; 73% faziam passeios regulares (70% com coleira/guia e 60% não recolhiam dejetos da rua); 88% vacinações anuais e desverminações; 100% higienizavam diariamente o ambiente em que o animal vivia; 96% ofereciam exclusivamente ração comercial; 15% dormiam com o animal na própria cama; 24% desconheciam os riscos de zoonoses; 24% alimentavam animais abandonados.
Sobre a Agressividade Animal	6% dos animais já haviam mordido um membro da casa; 53% afirmaram que animais agressivos não devem ter acesso à rua; 99% afirmaram que o proprietário deve ser penalizado pelo comportamento do animal.
Sobre a Lei Estadual nº 12.916/08	74% concordaram com a lei; 59% observaram aumento do número de animais nas ruas nos últimos anos.
Sobre a Posse Responsável	100% acharam importante divulgar o tema; 99% mostraram interesse em obter mais informações; 89% disseram que palestras em escolas seriam positivas para a divulgação do tema.

Apesar de no Brasil existirem leis que visam à proteção de animais domésticos contra maus tratos e abandono, prevendo punição aos infratores, como a lei federal nº 9.605/98 (Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil, 2015) dos crimes ambientais, a qual preconiza que atos de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, podem ser punidos com até um ano de detenção e multa, o aumento de animais abandonados indica a ocorrência de atos de crueldade (Dilly et al., 2005). Este acréscimo na taxa de desamparo pode ser relacionado à falta de informações prévias dos proprietários sobre o porte atingido quando adulto, comportamento da raça, cuidados e custos

necessários para o bem-estar e manutenção animal.

Pode-se considerar ainda, que os números registrados de agressões de cães e gatos a seres humanos sejam uma possível consequência da desumanidade sofrida por estes animais. Neste sentido, uma pesquisa realizada na cidade de Ribeirão Preto (SP) referiu 362 casos de mordedura em crianças entre cinco e 10 anos de idade, sendo que 360 destes casos foram causados por cães (Ciampo et al., 2000). No mesmo levantamento, grande preocupação foi ressaltada mediante a informação de que 22,7% dos animais não eram vacinados contra a raiva (Ciampo et al., 2011), uma porcentagem ainda maior do que, o já

preocupante, índice de 12% de animais não vacinados observado no presente trabalho.

O Brasil é um dos principais produtores de alimentos do mundo e desperdiça 11 milhões de toneladas por ano de forma inadequada, descartando-os em ruas e terrenos e dessa forma atraindo ratos, baratas, moscas, formigas, que facilitam a disseminação de doenças, das quais os cães e gatos podem ser transmissores (Vieira et al., 2005). Com isso, animais errantes desempenham papel importante na propagação de enfermidades, seja como disseminadores ou fontes de infecção. Desta forma, os 24% dos entrevistados que relataram fornecer alimento para cães não domiciliados, podem ter tido papel involuntário na disseminação de determinadas moléstias zoonóticas infecciosas e parasitárias, como a leishmaniose visceral canina.

No estado de São Paulo, por exemplo, o vetor da leishmaniose (*Lutzomyia longipalpis*) foi verificado em 125 municípios, sendo que, destes, 92 apresentaram transmissão canina e/ou humana da doença. Desde 1999 até outubro de 2011, foram documentados 159 óbitos e 1875 casos confirmados da doença em seres humanos. O Instituto Adolfo Lutz no ano de 2011 examinou 57750 amostras caninas colhidas no Estado de São Paulo e detectou que 16045 das amostras eram reagentes para leishmaniose segundo o ensaio imunoenzimático, sendo que 10% destas amostras foram comprovadas como positivas pelo teste de imunofluorescência indireta (Comitê de LVA, 2011).

Entre os pesquisados, 73% disseram realizar passeios periódicos com seus animais na rua, de modo que estes podem adquirir ectoparasitas como carrapatos, pulgas, fungos ou ácaros, e transmiti-los ao homem, causando doenças. Nos últimos anos, houve elevação do número de doenças transmitidas dessa forma, como a febre maculosa causada pela *Rickettsia rickettsii* e a doença de Lyme causada pela espiroqueta *Borrelia burgdorferi* (Salgado, 2006).

Em relação à higienização ambiental, os participantes relataram excessiva preocupação com a limpeza do local em que o animal vive. Em contrapartida, semelhante às respostas obtidas em estudo realizado por Loss et al. (2012), a maioria deles (59%) não recolhe os dejetos da rua, contribuindo, dessa forma, com a contaminação das vias públicas por agentes de caráter zoonótico. Trabalhos prévios demonstraram que praças urbanas apresentaram alto percentual de contaminação por ovos e larvas de *Toxocara sp.* e *Ancylostoma sp.*, propiciando a contaminação tanto de crianças como de adultos (Brener et al.,

2008). Em pesquisa realizada por Langoni et al. (2011), muitos dos proprietários referiram a comodidade de deixar seus animais fazerem as necessidades fisiológicas na rua para não terem que limpar suas casas.

Quanto à aquisição dos animais, neste estudo, verificou-se que 47% dos tutores optaram pela adoção. Loss et al. (2012) verificaram que no município de Alegre (ES), um número ainda maior de pessoas (74%) adquiriram seus animais desta maneira. Em uma análise executada por Soto (2003) no município de Ibiúna (SP), verificou-se que a preferência pela admissão se deve a diferentes fatores, como o amor pelos animais, o sentimento de piedade, o desejo de ter um cão de boa aparência, de padrão racial ou mesmo para a função de guarda. Outras razões que vem contribuindo no aumento da aquisição de animais de companhia, independente da maneira de obtenção, são os problemas de ansiedade e depressão humana, além da socialização de crianças, idosos e deficientes físicos e mentais (Fournier & Geller, 2004; Langoni et al., 2011).

Assim como observado neste trabalho, em que 55% dos pacientes não eram castrados, a ausência de controle reprodutivo é outro problema relacionado diretamente com a saúde pública, uma vez que proporciona superpopulação de animais errantes e abandonados (Fournier & Geller, 2004; Guirro et al., 2008; Genaro & Colluci, 2009; Loss et al., 2012). A esterilização cirúrgica, tanto de machos quanto de fêmeas, é o método mais ético e eficaz de controle de natalidade sugerido pela Organização Mundial da Saúde, pois uma fêmea canina na fase reprodutiva pode gerar cerca de 100 descendentes, enquanto as gatas podem procriar 200 filhotes em apenas dois anos (Dilly et al., 2005; Silva, 2011). Visando a melhoria na saúde pública, programas de castração em massa, promovidos por instituições não governamentais estão sendo implementados em várias regiões do Brasil (Okkens et al., 1997; Frank & Carlisle-Frank, 2007; Genaro & Colluci, 2009; Quessada et al., 2009). Ainda, faz-se necessário maior investimento público para que esses programas possam ajudar a solucionar tal problema social. Além disso, diante da busca por procedimentos menos onerosos, a população deve atentar-se a escolha de estabelecimentos que realizem as condutas anestésicas e cirúrgicas de forma ética, e que não coloquem a vida do paciente em risco (Okkens et al., 1997; Quessada et al., 2009). Mesmo assim, algumas pessoas alegaram durante o trabalho de Langoni et al. (2011) que não realizam a castração nos seus animais por condições financeiras, receio da anestesia e por acreditarem que o procedimento torne o animal obeso, deixando de exercer sua função de vigia

domiciliar. Segundo Fournier & Geller (2004), outro mito da população sobre as desvantagens da castração em fêmeas é que as mesmas precisam cruzar pelo menos uma vez para não desenvolverem neoplasia mamária.

Além da castração cirúrgica, é justificável a implantação de outras medidas de controle populacional, sanitário e social como campanhas de adoção, registro de animais e identificação com coleiras ou *chips* (Guirro et al., 2008; Nogueira, 2009), assim como criação de leis fiscalizadoras (Silva, 2011). Vale salientar que, infelizmente, alguns animais dispostos para adoção são equivocadamente vistos pela sociedade como portadores de alterações comportamentais ou enfermos (Fournier & Geller, 2004).

Além da falta de controle de natalidade, outro fator que gerou aumento populacional de cães e gatos nas ruas, principalmente no estado de São Paulo, foi que desde a criação da lei nº 12.916, de 16 de abril de 2008 (Governo do Estado de São Paulo, 2015), houve proibição da eutanásia de animais saudáveis. Diante do número crescente de animais evadidos, observou-se uma mobilização para conter este avanço, como no campus da Universidade de Campinas, onde foi criado um programa, no qual todos os animais desabrigados no local eram capturados, vacinados, desverminados, tratados quando necessário e posteriormente esterilizados e doados. Com este controle, na ocorrência de possíveis acidentes por mordedura com animais do programa, o acidentado não precisava tomar soro ou vacina antirrábica (Dilly et al., 2005). Neste contexto, frente aos diversos programas de controle populacional de animais, como os criados pelas prefeituras dos municípios de Maringá (PR) e Santa Cruz do Rio Pardo (SP) e também pela Universidade Federal de Minas Gerais (Santana et al., 2004), o Conselho Federal de Medicina Veterinária criou a resolução Nº 962, de 27 de agosto de 2010 (Conselho Federal de Medicina Veterinária, 2010), a qual normatiza os procedimentos de contracepção de cães e gatos em Programas de Educação em Saúde, Guarda Responsável e Esterilização Cirúrgica com a finalidade de controle populacional.

Outra informação considerada neste estudo foi a dieta fornecida ao animal. Segundo Aptekmann et al. (2013), a alimentação é de suma importância para a saúde do animal, e a qualidade da mesma é diretamente relacionada às escolhas e atitudes dos proprietários. Apesar de, neste estudo, o número de proprietários que alegaram fornecer comida caseira ter sido baixo (4%), os tutores devem sempre ser alertados sobre os riscos que este tipo

de dieta pode proporcionar à saúde do animal (Streiff et al., 2002).

Diante dos resultados obtidos neste trabalho, entendeu-se que seja importante idealizar meios de divulgação sobre posse responsável (principalmente para as classes populares menos favorecidas), pois 100% dos proprietários acharam importantes as informações sobre esse assunto. Segundo Vieira et al. (2005), o período da infância e adolescência são fases decisivas para a construção dos valores éticos, morais e de comportamento, desempenhando aos educadores médicos veterinários importante papel na formação destes preceitos.

No que concerne à aquisição de dados sobre posse responsável de cães e gatos, 95% dos entrevistados afirmaram que a *internet* seria a melhor forma de se esclarecerem, 90% citaram que o momento da espera para atendimento veterinário seria uma boa maneira para obter elucidação e 89% acreditam que palestras em escolas teriam maior efeito na divulgação. Com isso, a criação de pôsteres e distribuição de folhetos junto aos frequentadores do Hospital Veterinário contribuiria com a disseminação de conhecimento sobre a responsabilidade em possuir um animal de estimação.

Assim, com esta pesquisa notou-se carência de informações dos proprietários sobre cuidados básicos com animais de estimação para que se minimizem riscos de acidentes e transmissão de zoonoses. Além disso, evidenciou-se a necessidade de reforçar a atuação dos médicos veterinários na instrução desses riscos e possíveis formas de prevenção por meio da conscientização da população sobre temas ligados à saúde pública e responsabilidade dos cidadãos para com seus animais.

No entanto, faz-se necessária a adoção de condutas multidisciplinares, nas quais governo e sociedade partilhem direitos e obrigações voltadas ao bem-estar animal e à prevenção de doenças e acidentes.

REFERÊNCIAS

- Alves M.C.G.P., Matos M.R., Reichmann M.L. & Dominguez M.H. 2005. Dimensionamento da população de cães e gatos do interior do Estado de São Paulo. Ver. Saúde Púb. 39:891-897.
- Aptekmann K.P., Mendes-Junior A.F., Suhett W.G. & Guberman U.C. 2013. Manejo nutricional de cães e gatos domiciliados no estado do Espírito Santo – Brasil. Arq. Bras. Med. Vet. Zootec. 65:455-459.
- Brener B., Mattos D.P.B.G., Millar P.R., Arashiro E.K.N., Duque-Ferreira V. & Sudré A.P. 2008. Estudo da contaminação de praças públicas de três municípios do estado

